

FEMINISMO E SUA INCIDÊNCIA NAS TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

FEMINISM AND ITS INCIDENCE IN CULTURAL TRANSFORMATIONS IN PUBLIC AND PRIVATE SPACES

Alessandra Ruita Santos Czapski

Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
alessandra.rs@unitins.br

Temis Gomes Parente

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
temis.parente@uol.com.br

Resumo: *O que é movimento feminista? O que é feminismo? Ele contribuiu, incidiu ou influenciou de algum modo a vida das mulheres? Esse movimento foi único ou foi dividido em fases e em diversos movimentos feministas? A liberdade, os direitos e os espaços que as mulheres conquistaram foram possíveis porque existiram movimentos feministas? Essas são questões que este artigo objetiva problematizar, refletir e instigar no pensamento dos leitores. A partir de contribuições teóricas de trabalhos renomados tem o intuito de apresentar uma reflexão sobre o movimento feminista e como ele tem operado sua militância no desafio da ordem conservadora patriarcal, luta que culminou em conquistas e transformações culturais na vida das mulheres e homens nos espaços público e privado.*

Palavras-chave: *Movimentos feministas; transformações culturais; mulheres.*

Abstract: *What is a feminist movement? What is feminism? Did it contribute, influence, or influence the lives of women in any way? Was this movement unique or was it divided into phases and various feminist movements? Were the liberties, the rights and the spaces that women conquered possible because there were feminist movements? These are questions that this article aims to problematize, reflect and instigate in the thinking of the readers. From the theoretical contributions of renowned works aims to present a reflection on the feminist movement and how it has operated its militancy in the challenge of the conservative patriarchal order, a struggle that culminated in cultural achievements and transformations in the lives of women and men in the public spaces and private.*

Keywords: *Feminist movements; cultural transformations; women.*

Feminismo, movimento feminista e suas ondas

Na história da humanidade, a mulher foi subjugada, dominada e tolhida nas sociedades patriarcais. A tradição e a cultura instituídas nas sociedades reservaram para a mulher um papel de submissão ao domínio machista patriarcal. Colling (2004) afirma que a inferiorização da mulher remonta a datas e culturas muito antigas. Na cultura grega, a mulher era considerada um ser inferior. Na cultura romana, a discriminação era legitimada pelas leis que instituíam a *pater familias* e delegava ao homem todo o poder sobre a vida das mulheres. Muraro (2000) argumenta que, sob a égide do patriarcado, surgem as questões do âmbito público e privado. Essas sociedades elaboram sistemas religiosos e normas legais que estabelecem para a mulher a submissão e o cuidado com o marido e os filhos em âmbito privado, e para o homem a supremacia do domínio político e público. Consideram a mulher indefesa e com inteligência limitada para atuar em âmbito público.

Mas essa história também é marcada por lutas travadas pelas mulheres, na busca para se libertarem do processo de dominação, exclusão e discriminação que sempre lhes foi imposto. Alambert (1997) discute que a história da mulher, para além de sua história de opressão, é também de resistência, de luta contra o preconceito e a discriminação como forma de conquistar direitos e alterar sua condição de vida, alçar à igualdade em relação aos homens e afirmar-se enquanto ser humano digno e fortalecido.

O feminismo é o principal responsável pela resistência das mulheres. O conceito de feminismo aqui utilizado apoia-se em Soares (2004, p. 162), para quem o feminismo “é a ação política das mulheres”. Essa autora argumenta que o movimento articula teoria, prática e a ética

e reconhece as mulheres como determinantes para a transformação de sua própria condição social. Esse movimento é o motor da busca incessante por conquistas, da luta pelos direitos civis e políticos, por expor e problematizar os desmandos sofridos pelas mulheres e, ainda, marcar a intencionalidade de conquistas que contribuíram para mostrar ao mundo a capacidade de assegurar sua liberdade, respeito e valorização. As conquistas das mulheres nos espaços público e político foram possíveis a partir de processos desencadeados pelo movimento feminista que geraram mudanças comportamentais e culturais nas sociedades mundiais e brasileiras.

Embora seja difícil situar uma data precisa para o início do movimento feminista, Pinto (2003) esclarece que desde o advento da Revolução Francesa, no século XVIII, mulheres já se organizavam na busca pelo direito à cidadania e à participação política. Embora nessa época as mulheres ficassem restritas aos afazeres domésticos, elas já reivindicavam mais espaços e liberdade. O feminismo é um movimento que luta por direitos igualitários entre homens e mulheres. A princípio o movimento feminista se manifestou em formas, datas e lugares variados, mas a partir dos séculos XIX e XX se regimentou em um processo mais crescente e organizado, na luta pelo sufrágio universal. Conforme nos indica Pinto (2003),

na segunda metade do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votar e de serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo (PINTO, 2003, p. 13).

A partir de então, o movimento de mulheres luta pela conquista da igualdade entre os sexos, apresentando a militância feminista pelos direitos sociais em uma luta travada pelas mulheres, desafiando a ordem conservadora com o intuito de transpor as barreiras que renegavam reformas sociais e políticas para as mulheres em todo o mundo. Para argumentar sobre o feminismo, é preciso entender que este se desenvolveu e se solidificou em diversas fases, ou “ondas”, e sempre esteve representado por meio de vários movimentos feministas e de mulheres.

De acordo com Pedro (2005), o feminismo enquanto movimento social tem vivido várias “ondas”. A “primeira onda”, no século XIX, priorizou a luta por direitos políticos, a conquista por direitos sociais e econômicos, e visava ainda o direito e acesso ao trabalho, ao estudo, à propriedade e à herança. A “segunda onda”, a partir dos anos 1960, foi marcada pela luta que visava o direito ao prazer, ao corpo, à libertação das mulheres em relação ao patriarcado e ao poder masculino. Dessa forma, o grito de guerra do feminismo era: “o privado é político”, numa clara referência à subordinação e aos ditames culturais patriarcais que relegavam a mulher ao âmbito privado.

É importante esclarecer que a partir da “segunda onda”, o termo “gênero” passou a ser utilizado pelas feministas. Sobre a categoria gênero, Pedro (2005) esclarece que:

foi justamente na chamada “segunda onda” que a categoria “gênero” foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento. Estes movimentos feministas de mulheres passaram a ganhar visibilidade nos anos 60 nos Estados Unidos (PEDRO, 2005, p. 3).

Pedro (2005) ressalta que a categoria gênero foi sendo incorporada pelo movimento feminista porque o movimento de mulheres era muito heterogêneo e o termo “mulher” tinha diversas acepções, já que as feministas negras, as mestiças, as trabalhadoras, entre outras, reivindicavam diferentes conquistas – logo, a categoria “mulher” não conseguia traduzir suas distintas lutas. Pedro (2005, p. 4) diz: “todo esse debate fez ver que não havia a ‘mulher’, mas sim as mais diversas ‘mulheres’, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas não necessariamente formaria a pauta de outras”. Assim, a categoria mulher foi sendo alterada para categoria “mulheres”, e assim como surge a categoria mulheres no interior do movimento feminista, surge também a categoria gênero.

Scott (1990) discute a apropriação de gênero pelas feministas e afirma que o uso dessa categoria abriu luz para estudos sobre os conflitos vividos pelas mulheres, e ainda, serviu para

apontar e modificar as diferenças, as desigualdades e as relações de poder entre homens e mulheres. Argumenta que as feministas iniciaram o uso de gênero para se referir “à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 72). Para a autora, foram as feministas norte-americanas as precursoras do termo, para repelir o determinismo biológico que fixava o uso dos termos “sexo” e “diferença sexual”. A intenção era que o uso do termo gênero mostrasse que não se pode compreender a mulher e o homem em estudos que polarizam esses sexos. Pedro (2005) ainda acrescenta que o uso do termo gênero é creditado aos movimentos sociais que militam pelas mulheres, feminismo e LGBT, com o intuito de exigir respeito, o fim da discriminação, das diferenças, e a luta pelos direitos humanos e civis desses atores. Sob essas perspectivas, a categoria gênero foi incorporada pelo movimento feminista na segunda onda do feminismo.

A partir dos anos 1960, os movimentos feministas e de mulheres ganharam expressividade na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil. Soihet (2016) lembra, no entanto, que de forma análoga aos outros muitos movimentos feministas internacionais da mesma época, o feminismo brasileiro não alcançou totalmente o objetivo pretendido: a liberação feminina. Pedro (2016) acrescenta que,

[...] ainda que fortemente inspirado pelos movimentos feministas de “Segunda Onda” que se multiplicavam no exterior, o do Brasil guardou especificidades por conta da conjuntura política; o país vivia sob uma ditadura militar que colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão e levava, como reação, a lutas políticas e sociais com viés de esquerda (PEDRO, 2016, p. 240).

Assim, compreende-se que os movimentos feministas de “segunda onda” no Brasil enfrentaram obstáculos na conjuntura política, que tinha o caráter de repressão recrudescido, e a jornada para a conquista dos objetivos das mulheres foi permeada por um longo caminho de lutas e reivindicações.

Dessa forma, constata-se que o feminismo apresenta várias fases desde sua gênese até sua consolidação enquanto luta e movimento reconhecido. No Brasil, o feminismo teve, em sua primeira fase/onda, a reivindicação do direito ao voto, bem como do direito político de as mulheres serem eleitas. Esse movimento foi liderado por Bertha Lutz.¹ Pinto (2003, p. 13) assim nos esclarece: “Essa luta esteve definitivamente associada ao nome de Bertha Lutz, que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte em avançada idade em 1976”.

Sobre a conquista do voto no Brasil, destaca-se que o direito ao voto para mulheres foi discutido pela primeira vez na Constituinte republicana, de 1891, porém o projeto não foi aprovado, e a Constituição estabeleceu que eram *cidadãos brasileiros* os homens maiores de 21 anos. Conforme Pinto (2003, p. 16), “a mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos”. Dessa forma, essa Constituição, que vigorou por mais de 40 anos, não atribuiu direito ao voto para as mulheres.

A fim de uma maior organização em busca dos direitos políticos, em 1910 um grupo de mulheres fundou o Partido Republicano Feminista. Para essa autora, a fundação desse partido foi uma manifestação interessante e bem articulada, uma vez que ele foi criado por um grupo de pessoas que não tinham direito à participação política. O objetivo dessa iniciativa era claro, chamar atenção para os interesses das mulheres na esfera política, até porque é importante ressaltar, como assevera Pinto (2003, p. 18): “Devemos ter presente que um partido político é a organização de um grupo de pessoas que propõe à sociedade um programa para chegar ao governo por meio de eleições”. E esse grupo, o de mulheres, não podia votar nem ser votado, mas tinha a clareza na intenção de levantar discussões sobre a emancipação e independência, dando publicidade à causa pretendida.

Em 1922 foi organizado, no Rio de Janeiro, o I Congresso Internacional Feminista. Esse congresso foi uma estratégia para dar visibilidade à luta feminista no Brasil. Militantes dessa organização exerciam pressão para a participação política da mulher junto aos poderes constituídos

1 Marco histórico do movimento para reconhecimento da mulher como sujeito portador de direitos políticos.

nas Câmaras de Deputados e no Senado. De acordo com Pinto (2003, p. 28), “a luta pelo direito ao voto da mulher chegou ao fim em 1932, quando o novo Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito de votar e ser eleita”.

É importante ressaltar que essa fase do movimento feminista teve foco na emancipação da mulher e aquisição dos direitos políticos, era um movimento que em nada expunha os conflitos de gênero e as organizações patriarcais. Constituiu-se em um movimento da elite brasileira, de filhas de intelectuais, militares, políticos, médicos, advogados, engenheiros, entre outros, e esse movimento tinha muitos adeptos masculinos e a respeitabilidade dos políticos conservadores.

Sobre esse feminismo, Pinto (2003, p. 26) destaca que “era, portanto, um feminismo bem comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases das organizações patriarcais”. Embora as feministas mais radicais sempre questionassem as organizações familiares patriarcais, esse posicionamento do movimento feminista em defesa da mulher que não questionava as organizações patriarcais também é discutido por Okin (2008). A feminista e filósofa política argumenta que, em sua maioria, as feministas dos séculos XIX e XX não evidenciaram, nem problematizaram, os papéis atribuídos às mulheres no ambiente considerado doméstico/privado.

A maioria das feministas do século XIX – e do início do XX – não questionou ou desafiou o papel essencial da mulher no interior da família. Na verdade, elas frequentemente defenderam direitos e oportunidades das mulheres, como a educação ou o sufrágio, com o argumento de que fariam dessas mulheres esposas ou mães melhores, ou que as capacitavam para trazer sua sensibilidade, moral especial, desenvolvida na esfera doméstica para o mundo da política (OKIN, 2008, p. 312).

O questionamento às organizações patriarcais foi sendo disseminado entre as feministas após a conquista dos direitos políticos. As mulheres formaram um movimento de opinião a favor de ideias de libertação, num feminismo distinto do bem comportado. Segundo Pinto (2003, p. 30), “muito mais pragmáticas, preocupadas com ações dirigidas aos detentores do poder”. Nesse sentido, Soares (2004) argumenta que

[...] marcou a discussão sobre a democracia ao longo do século XX, trazendo como resultado avanços importantes no cenário social, político e cultural no Brasil e em quase todo o mundo. Nas últimas décadas, associadas entre si, as mulheres criaram um novo discurso, elaboraram novas demandas, descolaram limites do que se considerava privado e público, mostraram que os problemas que derivavam das relações de gênero devem ser considerados públicos e objeto de políticas públicas (SOARES, 2004, p. 171).

Apesar de as mulheres problematizarem o discurso a favor da liberdade e direitos políticos de forma intensificada no século XX, no Brasil já existiam desde o século XIX algumas adeptas do ideário de igualdade. Segundo Neves (2005), o movimento feminista, assim como outros, não pode ser considerado linear e homogêneo, mas deve-se partir do pressuposto de que várias posições foram sendo incorporadas a esse movimento, mesmo que não se possa demarcar com precisão os limites das reivindicações, pela tamanha amplitude e várias formas do movimento nos países onde ele ocorreu. Assim, embora as mulheres estivessem em busca dos direitos civis e políticos na primeira fase/onda dos movimentos feministas, ainda que de maneira tímida, também apontavam inquietações sobre o papel da mulher dentro da família, na educação dos filhos, a importância da mudança nos costumes para a ruptura da subordinação social e a invisibilidade política a que estavam historicamente submetidas. Nesse sentido, Okin (2008) afirma que havia as feministas radicais, liberais e socialistas. As radicais e as socialistas queriam a abolição e a supressão das diferenças impostas nos espaços públicos privados, nem que para isso fosse necessário abolir as famílias. As liberais, por outro lado, defendiam uma posição mais neutra, mais branda. Defendiam a necessidade da família, mas também mudanças nas relações de poder entre os sexos no interior da

família. A autora esclarece que as feministas, tanto as radicais como as liberais, queriam que essas relações de poder no interior das famílias não fossem vistas como distintas do âmbito político, mas que a sociedade reconhecesse que o “pessoal é político” e compreendesse que essas esferas são constituídas e vivenciadas intrinsecamente.

Entenderemos a seguir como essas esferas são distanciadas na visão patriarcal machista.

Feminismo e mudanças culturais nos espaços público e privado

A segunda fase do movimento feminista instaura-se nas décadas de 1960 e 1970 em um contexto histórico que propicia o surgimento de debates, questionamento e mudanças políticas e econômicas nos países capitalistas. Uma vez que os valores da família patriarcal foram mais reforçados, a mulher foi idealizada como a “rainha do lar” que se dedicava à família e à criação dos filhos. Esse fato fez com que os movimentos feministas, apesar de organizados e expressivos, enfrentassem muita resistência da sociedade. Gomáriz (1992) registra:

De esta forma, com el nacimiento de los años setenta se publica el texto que da inicio a la teoria feminista radical: *Politica sexual*, de Kate Millett (1970). El centro de su argumento consiste em establecer el sistema patriarcal como un sistema político que tiene como fin consciente la subordinación de las mujeres (GOMÁRIZ, 1992, p. 95).

Essa fase do movimento propôs questionamentos globais nas relações sociais e ruptura com a posição subalterna imposta à mulher. Nesse contexto, Rodrigues (2003) nos esclarece que:

[...] o movimento enfrentou a luta contra o sistema patriarcal, expressão de dominação dos homens e de inferioridade das mulheres, levantando questionamentos profundos e propondo a ruptura com estereótipos e rumos previamente traçados para homens e mulheres (RODRIGUES, 2003, p. 11).

Nesse sentido, o movimento feminista da década de 1960 com cunho revolucionário, não somente em termos políticos, mas sobretudo, questionou e desafiou as relações de poder estabelecidas na forma de organização social conservadora, bem como as relações de poder hierárquicas e dicotomizadas estabelecidas nos âmbitos público e privado. Segundo Rodrigues (2003), o movimento contribuiu para o aprofundamento do pensamento e de relações mais democráticas, com apelo para que as relações amorosas e conjugais fossem edificadas com respeito, diálogo e entendimento. Pinto (2003) aponta que é nesse contexto que emergem as discussões sobre o livro de Simone de Beauvoir *O segundo sexo*. Da mesma forma que a irreverência acompanha a jovem do movimento. A autora (2003, p. 42) ainda registra: “[...] as americanas lideradas por Beth Friedman tiram o sutiã em praça pública, um escândalo que até hoje provoca reações iradas”. Para a autora, vinculado a essas ações e ideias, consideradas revolucionárias e inovadoras, nasce o novo feminismo no mundo ocidental.

Sobre a militância e os movimentos de mulheres em meados do século XX e a luta por uma situação menos desigual, Soihet (2016) acrescenta que:

mesmo que hoje suas posturas possam ser alvo de críticas, o que fizeram já foi um grande avanço: as mulheres passaram a ser pensadas – para além dos papéis femininos – como pessoas com capacidades profissionais, intelectuais e com possibilidades de eleger representantes e de ocupar elas mesmas cargos públicos. Como previam acertadamente os opositores desses movimentos, as mulheres brasileiras nunca mais seriam as mesmas (SOIHET, 2016, p. 234).

Essa fase do movimento feminista, além de revolucionária e inovadora, segundo Meyer (2008), nos remete a uma produção de conhecimentos à medida que foi necessário elaborar estudos e pesquisas com o objetivo de compreender as relações sociais entre homens e mulheres para qualificar as denúncias e construir formas de intervenção. A autora explicita, ainda, que

tais estudos levantaram informações antes inexistentes, produziram estatísticas específicas sobre as condições de vida de diferentes grupos de mulheres, apontaram falhas ou silêncios nos registros oficiais, denunciaram o sexismo e a opressão vigentes nas relações de trabalho e nas práticas educacionais, estudaram como esse sexismo se reproduzia nos materiais e nos livros didáticos e, ainda, levaram para a academia temas então concebidos como menores, quais sejam, o cotidiano, a família, a sexualidade, o trabalho doméstico etc. (MEYER, 2008, p. 13).

Portanto, o movimento cria uma trajetória ampla que abrange pesquisas, estudos e publicações, rica em produções e diferentes perspectivas teóricas que contribuíram para a discussão das relações de gênero e na busca em romper com as desigualdades entre homens e mulheres e a separação entre público e privado.

É importante ressaltar o que representa para as mulheres essa separação entre público e privado, e a exclusão da mulher do mundo público. Conforme Colling (2004),

[...] a separação entre público e privado deve deixar de estabelecer domínios diferenciados quanto ao gênero e à importância social. Sem mudanças na vida pessoal e doméstica não poderá haver mudanças na vida política, porque os problemas na vida privada das mulheres são também problemas políticos (COLLING, 2004, p. 23).

Compreende-se que para estabelecer mudanças na vida das mulheres em relação ao desvínculo da subordinação do poder masculino é que os movimentos feministas tecem suas conexões. Segundo Pedro (2005), na segunda fase do feminismo, as palavras de ordem naquele momento eram: “O privado é público”. Assim, é preciso desmistificar, desnaturalizar e dirimir as determinações culturais que estabelecem que o espaço público e o caráter exclusivo da esfera política é referido aos homens, enquanto o espaço privado é referido às mulheres.

No Brasil, o movimento feminista ganha mais força e expressividade na década de 1970. Contudo, é bom evidenciar que essa década foi tremendamente marcada pelo autoritarismo da ditadura militar, como já mencionado. Assim, o país enfrentava uma política recrudescida pela violência, e o movimento feminista organizado até o início dos anos 1970 não coloca em xeque-mate essa opressão. Pinto (2003, p. 43), porém, considera que nesse período inicia-se uma luta das donas de casa, das esposas e mães, para intervir no mundo público e protestar contra os papéis sociais culturalmente atribuídos às mulheres. Parente (2012, p. 276) afirma que “falar de papéis de gênero envolve padrões, regras que uma dada sociedade estabelece para seus componentes. Eles definem comportamentos e formas para que as pessoas se relacionem”. É contra a manutenção desses papéis que os movimentos feministas e os estudos de gênero vêm combatendo.

Nesse sentido, Hall (2005) argumenta que o movimento feminista surge na década de 1960 com propostas revolucionárias que se opunham a toda forma de opressão e que, dentre os outros movimentos que surgiram nessa época, o movimento feminista foi o que mais causou impacto e “descentramento”, acarretou mudanças na forma de organização da vida das famílias, contestou a visão do público e do privado, discutiu e problematizou a posição social das mulheres e lutou pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Dessa perspectiva, esse movimento foi responsável por questionar as identidades atribuídas aos homens e às mulheres e provocar mudanças culturais nas famílias e nos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade. Corroborando com essas afirmações sobre o feminismo, Silva (2005) acrescenta também que, ao chamar atenção para o caráter cultural construído acerca de gênero e sexualidade, o movimento feminista contribui de forma decisiva para questionar as oposições binárias entre masculino/feminino.

A segunda fase/onda do movimento feminista propicia a criação de grupos autônomos e vários núcleos de mulheres que atuam junto a sindicatos, partidos políticos e movimentos comunitários, bem como em conselhos de direitos da mulher e coordenadorias da mulher. Essas organizações elaboram estratégias para a luta por autonomia e contra a submissão, a subserviência,

passividade e alienação, criando instrumentos e espaços de discussões e deliberações que reforcem a democracia e a cidadania das mulheres. Pinto (2003) discute que um dos espaços criados para essa bandeira de luta em circuito mundial, incorporada pelas Nações Unidas, foi a I Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1975, no México, em que se declarou e constituiu esse ano como o Ano Internacional da Mulher.

Na década de 1980, foi sendo estabelecida gradativamente a redemocratização do país. Pinto (2003, p. 68) registra que “o movimento feminista, particularmente, tomou novos rumos” e se tornou foco de atuação das feministas no combate à violência contra a mulher e a saúde da mulher. Em 1982 tem início a campanha pelas “Diretas Já”, marco da transição democrática no país e o posicionamento do movimento feminista na abertura democrática. Pinto (2003, p. 76) afirma que “atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do Movimento Feminista Brasileiro na década de 1980”. Sobre isso, Meyer (2008) acrescenta que esse movimento no Brasil junta-se a outros que eclodiram nessa época e faziam frente aos governos da ditadura militar. Depois junta-se aos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira, no início dos anos 1980. Por consequência, foi criado o “Movimento de Mulheres pelas Diretas Já”, que reivindicava eleições diretas no país. Para Soares (2004, p. 171), “nos anos 1970 e 1980, os movimentos de mulheres alcançaram saldos positivos com conquistas simbólicas, como a ampliação da consciência dos direitos e da igualdade”.

Essas conquistas depositaram na sociedade mudanças cujos reflexos se processaram na sociedade e na afirmação de direitos sociais como elementos fundamentais de cidadania e participação das mulheres na vida política do Brasil. Após a redemocratização do país, têm início os trabalhos de preparação para a elaboração da Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988. Contudo, vale ressaltar um importante elemento que contribuiu para a participação e defesa dos direitos das mulheres nessa Constituição: a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, que apesar de sua curta duração (de 1985 a 1989), funcionou como órgão de articulação das demandas do movimento feminista junto à Assembleia Nacional Constituinte. Pinto (2003) explicita esse processo:

Entre 1985 e 1989, o CNDM tratou de quase todos os temas que centralizavam a luta feminista brasileira, desde questões consensuais como a luta por creches até as polêmicas ligadas à sexualidade e direito reprodutivo. Entretanto, sua maior e mais bem-sucedida intervenção aconteceu junto à Assembleia Nacional Constituinte, êxito concretizado na própria Constituição de 1988 (PINTO, 2003, p. 72).

As feministas promoveram até um *slogan* que era veiculado em rede nacional de televisão e em *outdoors*: “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher!”.

Assim, a luta do movimento feminista para que os direitos das mulheres fossem estabelecidos na Constituinte foi, sem dúvida, um momento particular e peculiar da história do feminismo, possibilitando que o movimento fosse protagonista de uma luta que envolveu a participação de toda a sociedade civil organizada, imprimindo em seu discurso a necessidade do exercício da cidadania para as mulheres. Segundo Soares (2004, p. 172), “o conceito de cidadania que o feminismo vai explorar está vinculado ao acesso e à redefinição de direitos: direitos a ter direitos”. A presença intensiva do movimento na militância dos direitos da mulher na Constituinte de 1988 foi responsável pela implementação de direitos que possibilitaram vislumbrar novas formas de relações entre os sexos, mudanças na cultura, nos comportamentos e, também, a possibilidade de compartilhar uma nova ordem capaz de eliminar as restrições das mulheres na conquista da tão almejada cidadania.

Podemos constatar que, embora não ideais, são inegáveis os avanços nos direitos instituídos com a Constituinte para todas as mulheres. A participação do feminismo na efetivação dos direitos instaurados nesse processo foi condicionante para a instituição desses direitos em importantes campos, tal como aponta Pinto (2003):

homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Art. 5º, I); “às presidiárias serão

asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação” (Idem, L); “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei” (Idem, XX); “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de administração por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (Idem, XXX); “o título de domínio ou concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei” (Art. 189, Parágrafo único); “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (Art. 226, Parágrafo 5º) (PINTO, 2003, p. 78).

Nos anos 1990, em sua terceira fase/onda, os movimentos feministas já estavam consolidados como movimentos expressivos e organizados no Brasil e no mundo. A partir do início do século XXI, as feministas vão delimitando sua atuação e imprimem lutas internacionalizadas cada vez mais expressivas, fundamentando suas ações com articulações e conexões em âmbito global, expandindo a luta pelos direitos das mulheres não apenas em um único movimento e em uma única frente de luta, mas em diversos movimentos feministas com bandeiras de luta diferenciadas. Logo, os movimentos de mulheres, no âmbito mundial, foram se tornando mais maduros e críticos e identificaram que as políticas governamentais apresentam cunho capitalista e impõem a redução dos gastos com saúde e assistência social. A partir dessa compreensão, voltam seu foco para reivindicar igualdades e equidades entre os povos, o respeito à diversidade, o reconhecimento das diferenças, respeito às escolhas dos sujeitos e o fim da discriminação. Nesse contexto, Soares (2004) registra:

[...] o movimento de mulheres no Brasil tem buscado ao longo das últimas quatro décadas promover mudanças nos comportamentos, nas mentalidades e na estrutura social do país, reivindicando transformações políticas amplas e significativas. Há uma pluralidade de vozes de mulheres reivindicando um mundo melhor, mais justo. Cada vez mais avança a consciência da necessidade de estabelecer medidas legislativas, judiciais e muito especialmente políticas públicas que possam garantir o acesso de todas aos direitos humanos fundamentais e à conquista da cidadania (SOARES, 2004, p. 178).

O movimento feminista, para a autora, tem buscado em sua longa trajetória de luta explicitar a necessidade de transformações, seja entre os sexos, entre os indivíduos ou nas sociedades, nunca aceitando as injustiças e a negação das mulheres enquanto sujeitos de direitos.

As lutas travadas pelos movimentos de mulheres foram responsáveis por imprimir mudanças culturais, mentais e sociais na vida das mulheres, diversos deslocamentos e inovações que atualmente são irreversíveis no mundo contemporâneo. Historicamente, a mulher sofria com constantes restrições que os papéis sociais determinavam a elas. A identidade perfeita e aceitável era permitida para sua condição de mãe, dona de casa, esposa, mulher delicada, submissa e cumpridora dos papéis e exigências normativas que a cultura e a sociedade machista patriarcal lhe impunham. Atualmente, após a trajetória do feminismo, ser mulher tem outra significação, representada por transformações em seu posicionamento e comportamento frente à sociedade e à cultura. Rago (2004) discute que o feminismo foi um movimento incisivo que redefiniu o lugar da mulher na sociedade e afirma:

[...] a mudança foi tão radical que, hoje, dificilmente alguém ousaria afirmar, como outrora, que a mulher não tem capacidade mental ou condições físicas para ser uma boa governante, dirigente política, empresária, engenheira, juíza, médica, delegada ou esportista, para ater-me às profissões tidas como tipicamente masculinas. Além do mais, as

pesquisas têm trazido à tona uma longa história de lutas, resistências e profunda determinação, desfazendo as imagens da passividade e da submissão atribuídas também às mulheres brasileiras (RAGO, 2004, p. 32).

O feminismo redefiniu a vida das mulheres e desconstruiu séculos de cultura tradicional associada às imposições sociais que as submetiam a um lugar de recato e âmbito doméstico, quebrou tabus e mostrou ao mundo que elas têm capacidade intelectual para realizar as atividades que quiserem e atuarem nos lugares que desejarem conquistar. Rago (2004, p. 35) afirma: “[...] ao mesmo tempo, as mulheres têm inovado profundamente nas atividades que desenvolvem e nos espaços que ocupam, não importa se públicos ou privados”. É certo que as mudanças que ocorreram na vida das mulheres ao longo dos anos e da luta feminista reduziram a distância entre homens e mulheres. Pinsky (2016, p. 514), sobre isso, diz: “Como eles, elas estudam, trabalham, viajam, leem jornais, veem TV, têm acesso a informações sobre o país e o mundo, dirigem automóveis”. Portanto, mostram ao mundo a força da mulher, sua competência, inteligência e capacidade de fazer proposições para transformar sua história e das sociedades.

Dessa perspectiva é que se afirma que o movimento feminista contribuiu e contribui para a construção de reflexões sobre a necessidade de relações mais democráticas que, segundo Rodrigues (2005), tem dois sentidos: no âmbito (privado) das relações interpessoais como campo de poder e para que as relações não precisem assumir a feição de dominação; e no âmbito (público) da criação de legislações e políticas públicas para que essas não sejam fundadas somente na elaboração de leis que atendam ao interesse de uma única parte.

Considerações finais

O movimento feminista propiciou muitas transformações culturais nos âmbitos público e privado nas sociedades modernas. Esse movimento percorreu um longo caminho, passou por diversas fases, suas lutas se expandiram no mundo em um movimento de ondas, lançando na sociedade a voz das mulheres, que reverberou cada vez mais forte e mais longe. Não foi um movimento linear e uniforme, ao contrário, traçou uma trajetória histórica que levantou bandeiras diferentes e enfrentou obstáculos diferentes em tempos diferenciados, mas resistiu bravamente e, apesar das dificuldades e barreiras, nunca conseguiu ser silenciado. As vozes das mulheres ecoaram em diversas épocas e de diferentes maneiras: com a escrita; com a presença física; arquitetando ou não articulações políticas; envolvendo adeptos e admiradores em prol da visibilidade da questão de gênero e promovendo as mulheres como agentes sociais e políticos, eliminando suas restrições em se lançar no espaço público dominado pelos homens, na edificação de relações horizontais mais justas, democráticas e plurais.

Assim, o movimento feminista tem buscado, em sua longa trajetória de luta, explicitar a necessidade de transformações na cultura, entre os sexos, entre os indivíduos ou nas sociedades, nunca aceitando as injustiças e a negação das mulheres enquanto sujeitos de direitos nos espaços público e privado. É certo que muito mais conquistas precisam ser alcançadas em todos os âmbitos que envolvem a vida das mulheres, mas os espaços conquistados e as mudanças que já foram provocadas estão propiciando verdadeiras possibilidades e transformações edificadoras, para que as mulheres tenham mais liberdade, autonomia e satisfação pessoal nos seus projetos e em sua vida pessoal, política e profissional.

Referências

ALAMBERT, Zuleika. **Mulher – uma trajetória épica**: esboço histórico da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Imesp, 1997.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Org.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GOMÁRIZ, Enrique. Los estúdios de gênero y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. **Ediciones de las Mujeres**, Santiago de Chile, n. 17, p. 83-110, 1992.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MURARO, Rose. M. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.
- NEVES, Carmem Andrade. A luta das mulheres pela conquista da cidadania. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 7, p. 1.177-1.199, jul. 2005.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio-ago. 2008.
- PARENTE, Temis. Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero. **Projeto História**, São Paulo, p. 269-284, 2012.
- PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- _____. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 238-259.
- PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 513-543.
- RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Org.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 32-42.
- RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. Brasília: CFEMEA, 2003.
- _____. Mulher e democracia. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 7, p. 1.163-1.175, jul. 2005.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-95, jul./dez. 1990.
- SILVA, Tadeu T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tadeu T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Org.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 161- 182.
- SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 218-237.